



Escritas-resistência: Autoria indígena

*Resistance writings:
Indigenous authorship*

*Escritos de resistencia:
Autoría indígena*

Adriana Pesca¹
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

ENSAIO
Ensaio

RESUMO

Os percursos históricos de luta por sobrevivência e transformação do ciclo violento de silenciamentos causados pela colonialidade contra os povos indígenas têm se tornado cada vez mais intensos e multifacetados. As frentes de resistência caminham por vias de territorialização (retomada e demarcação das terras indígenas) tanto quanto pela inserção desses povos em variados espaços de enfrentamento. O presente ensaio convida-nos a refletir acerca de como a escrita indígena, ao evocar vozes de povos indígenas diversos, tem sido instrumentalizada como artefato de resistência. Conceitos como autor/autoria e escritura são trazidos à discussão, especialmente focando em Roland Barthes, Michel Foucault e Jaques Derrida, estendendo o diálogo para as concepções trazidas por Gilles Deleuze. Problematizando esses conceitos e sua relação com a escrita-resistência indígena, deslocando-os de categorias constituídas historicamente sob uma ordem dominante, ocidentalizada e patriarcal, o presente ensaio argumenta em torno do surgimento de um corpus literário proposto por escritoras e escritores indígenas que rasura a escrita canônica.

Palavras-chave: escrita indígena, autoria, resistência

ABSTRACT

The historical paths of struggle for survival and transformation of the violent cycle of silences against indigenous peoples caused by colonialization have become increasingly intense and multifaceted. The resistance fronts move through territorialization (recapture and demarcation of indigenous lands) as well as through the insertion of these peoples in different areas of confrontation. This essay invites us to reflect on how indigenous writing, in evoking the voices of diverse indigenous peoples, has been used as an artifact of resistance. Concepts such as author / authorship and writing are brought to the discussion, especially focusing on Roland Barthes, Michel Foucault and Jaques Derrida, extending the dialogue to the concepts brought by Gilles Deleuze. These concepts as well as their relationship with indigenous writing-resistance will be questioned, displacing them from categories historically constituted under a dominant, westernized and patriarchal order, this essay argues around the emergence of a literary corpus proposed by indigenous writers and writers that erases canonical writing.

Keyword: indigenous writing, authorship, resistance

¹ Professora atuante nas escolas indígenas das redes municipal e estadual, nas áreas de Linguagem e Ciências Humanas. Licenciada em História (Faculdade Santo Agostinho, Ba) e Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena - Linguagens e Artes (Universidade do Estado da Bahia), Especialista em História e Cultura afro-brasileira e africana (Faculdade Santo Agostinho, BA), estudante de mestrado no curso de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais - PPGER (Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB). Participa do Grupo de Pesquisa em Linguagem, Poder e Contemporaneidade – GELPOC. <https://orcid.org/0000-0003-3262-8233>. E-mail: drikinhapeska@hotmail.com.



RESUMEN

Los caminos históricos de la lucha por la supervivencia y transformación del ciclo violento de silenciamientos provocado por la colonialidad contra los pueblos indígenas se han vuelto cada vez más intensos y multifacéticos. Los frentes de resistencia se mueven a través de la territorialización (reanudación y demarcación de tierras indígenas) así como a través de la inserción de estos pueblos en diferentes espacios de enfrentamiento. Este ensayo nos invita a reflexionar sobre cómo la escritura indígena, al evocar las voces de diversos pueblos indígenas, ha sido utilizada como artefacto de resistencia. Conceptos como autor / autoría y escritura son traídas a la discusión, centrándose especialmente en Roland Barthes, Michel Foucault y Jaques Derrida, ampliando el diálogo a las concepciones aportadas por Gilles Deleuze. Cuestionando estos conceptos y su relación con la escritura-resistencia indígena, desplazándolos de categorías históricamente constituidas bajo un orden dominante, occidentalizado y patriarcal, este ensayo argumenta en torno al surgimiento de un corpus literario propuesto por escritores y escritoras indígenas que borra la escritura canónica.

Palabras clave: escritura indígena, autoría, resistencia

Ecoss de vozes silenciadas

Ao trabalhar com a categoria escrita-resistência fazemos um convite a um diálogo reflexivo, com vistas a repensar a autoria em seu conceito universalizante e voltar o nosso olhar para proposições de autoria que tencionem ultrapassar essa linha divisória entre a ideia de um saber hegemônico que se consagra dominante e a existência de outros saberes diversos que caminham entre o espaço da representação e a luta dos diversos povos indígenas.

Refletir acerca do conceito de autoria, estabelecendo um diálogo sobre a escrita indígena e sua relação com os movimentos de resistência e militância nos leva a recorrer a Michel Foucault (2009), Roland Barthes (2004) e Jaques Derrida (1973). Considerando que as noções em torno de autoria estão ligadas às definições da Modernidade, é importante ponderar sobre as maneiras de como é possível abordar a produção escrita de povos indígenas, dentro de um movimento de resistência e produção de saberes ancestrais. É necessário deslocar a ideia de escrita e autoria a partir de seu território primeiro, ou seja, de uma concepção etnocêntrica branca e europeia que determina há séculos quem está autorizado a falar/escrever.

A abordagem aqui apresentada propõe ressignificar o conceito de autoria demarcando a existência de uma escrita indígena que não se defina unicamente a partir de um cânone globalizante, enquadrada naquilo que já existe e que é reconhecido como escrita, literatura ou



produção acadêmica, mas pelo que carrega como marcas identitárias e étnicas de diferentes povos indígenas que têm utilizado a escrita como caminho outro de militância.

1. Entre a autoria e a escritura: um processo em devir

Categorias como escrita ou escritura emergem de um ideal etnocêntrico, constituído a partir de uma lógica que está vinculada ao conceito alfabético fonético do ocidente. Jaques Derrida, apresenta-nos uma escrita, compreendida pela Modernidade como algo subordinado à fala e concebida por Jean Jaques Rousseau como um perigoso suplemento, como Derrida (1973) nos ajuda a pensar. O autor também nos chama a atenção para as ideias de Ferdinand de Saussure quando afirma que a única razão de ser da escrita é a representação da fala, estando escrita e fala tão intimamente ligadas ao ponto de tornar-se sua imagem e roubar-lhe o papel principal. O teórico afirma também, que a escritura não seria tão somente um meio auxiliar a favor da ciência, nem seu objeto, mas antes de tudo a condição da episteme e a historicidade, ela própria, ligada à possibilidade de escritura, pensada para além das possibilidades dadas a ela e que promoveram a anulação de povos sem escritura e sem história. Antes de ser o objeto da história, seria ela a abrir o campo da história, do devir histórico.

O papel antes secundário atribuído à escrita passa a ser percebido como algo que transborda ao mero auxílio da linguagem, já que a fala/voz estabelecia um estado de presença que se acreditava que ela não possibilitaria, pois, a existência dessa voz advém de uma centralidade na razão que é etnocêntrica. Daí que a compreensão da definição é indispensável para localizarmos historicamente porque ela fora tomada como um perigoso suplemento, constatando-se que isso se deu por ela carregar outras possibilidades de produção de saber fora desse universo logocêntrico.

Derrida (1973), nos ajuda a entender que a escrita, ao extrapolar sua imagem de função secundária, ganha uma força que pode ser substancial para a elocução de outras vozes e por isso é concebida à época, como algo que induz perigo. Restringir sua função pode ser



considerada como uma tentativa de limitação de outras presenças que somente a voz não autoriza. O filósofo afirma:

A escritura numa função segunda e instrumental: tradutora de uma fala plena e plenamente presente (presente a si, a seu significado, ao outro, condição mesma do tema em geral), técnica a serviço da linguagem, porta-voz (porte-parole), intérprete de uma fala originária, que nela mesma se subtrairia a interpretação (DERRIDA, 1973, p. 09).

Em face das discussões sobre escritura, propomos então, uma discussão em torno do conceito de autor, colocado em xeque por Michel Foucault (2009) e Roland Barthes (2004), numa perspectiva de ausência, apagamento, morte, não sendo ele nem o proprietário, nem o responsável por seus textos.

Foucault (2009), tomando como ponto de partida a frase proferida por Beckett que questiona “Que importa quem fala?”, abre o diálogo afirmando que o autor/escritor não marca a escrita como um resultado, mas como prática. O filósofo levanta alguns pontos como o nome do autor, a relação de apropriação, relação de atribuição e a posição do autor. Afirma que “a escrita é um jogo de signos comandada menos por seu conteúdo, significado, do que pela própria natureza do significante” (FOUCAULT, 2009, pág.06), trazendo novamente a lógica saussuriana de que signo é o resultado do significante mais o significado e dando-nos a percepção de que essa escrita seria, portanto, um jogo de signos por meio da qual, o que está em foco é muito mais o que ela representa metaforicamente, do que, o que ela evoca enquanto signo, de modo que o seu significado é menos importante do que o seu significante.

A parte precípua de nossa discussão ao falar sobre as ideias de Foucault (2009) é quanto à posição do autor dentro da escrita, ou ainda, a sua não existência, o seu desaparecimento. O filósofo afirma que,

na escrita não se trata da manifestação ou da exaltação do gesto de escrever, não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem, trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer (FOUCAULT, 2009, p.06-07).

A escrita não é, nesse sentido, o princípio das exposições, mas a posição de quem escreve e como seu desaparecimento exerce uma relação com o surgimento de outros elementos importantes no processo de enunciação. Foucault apresenta a ideia de que a



ausência de um autor prefigura o desaparecimento das características individuais do sujeito que escreve. Como nos diz o filósofo: “Sua marca não é mais do que a singularidade de sua ausência” (FOUCAULT, 2009, p.07).

Segundo Foucault (2009), a necessidade de dar-se um autor a uma obra, foi conferida quando esses escritos passaram a ser vistos como discursos de transgressão, tornando necessário que se culpabilizasse alguém por tais atos, sob as antíteses do sagrado e do profano, do lícito e do ilícito, do religioso e do blasfemo, numa bipolaridade que levaria à punição. Em vista disso, dar nome ao autor, seria responsabilizá-lo por seu discurso de transgressão às regras estabelecidas pela sociedade da época. Anterior a isso, o anonimato do autor não era um empecilho para que a escrita pudesse circular na sociedade.

O filósofo apresenta uma dimensão reflexiva do autor, de seu lugar/posição e de seu papel. Tira-o de cena para ilustrar que o texto pode falar por si só e que é no leitor que esse texto se configura como elemento de enunciação. Ele afirma que “o nome do autor não é um nome próprio como os outros” e que “ele exerce um certo papel em relação ao discurso” (FOUCAULT, 2009, p.12-13). Porém, ao mesmo tempo em que inunda a imagem do autor de borrões acerca de sua presença, aponta para a escrita o risco de salvaguardá-lo, cuja noção se apresentada poderia bloquear a certeza dessa desapareição.

Portanto, o nome do autor seria uma forma de trazer suas características para um discurso, ao se dizer que alguém escreveu ou que se é autor do escrito, mostra que o discurso presente por meio dele não é algo indiferente, mas que é algo que precisa ser recebido, em dada cultura, com certo status. Foucault diz que, “Poder-se-ia dizer que há, em uma civilização como a nossa, um certo número de discursos que são providos da função do autor enquanto outros são delas desprovidos” (FOUCAULT, 2009, p.14).

Assim, a função-autor, reveste-se de características da existência, circulação e funcionamento de certos discursos dentro de uma sociedade, isso remetendo-se a autores de textos ou livros. Ela está caracterizada por três elementos: como objeto de apropriação, ou seja, para responsabilizar e punir os transgressores da ordem estabelecida; A sua confiabilidade, pois, os textos literários vão dispensar a necessidade de um autor para sua circulação, mas os textos científicos precisarão ser marcados pelo nome desse autor,



estabelecendo aí uma mudança da função-autor de acordo com o gênero da escrita; Ela não pode ser considerada como uma reconstrução a partir de um texto que se configura como material inerte sendo, portanto, o texto, uma construção que carrega consigo signos que remetem ao autor, ao que podemos dizer que nesse sentido, existem autores que abrem infinitas possibilidades de outros discursos permeados pelos seus textos. É possível identificarmos essas características apontadas pelo autor.

Os modos de circulação, de valorização e de atribuição dos discursos, variam de acordo com cada cultura e se modificam no interior de cada uma, a maneira com que elas se articulam nas relações sociais se decifra de modo, parece-me, mais direto no jogo da função-autor, em suas modificações do que nos temas ou conceitos que eles operam (FOUCAULT, 2009, p.27).

É importante salientar que essa função-autor trazida pelo filósofo, não representa exatamente o seu desaparecimento, mas enfatiza a necessidade da ausência de um ser cujas características individuais predispõem que suas marcas textuais sejam mais importantes do que aquilo que o próprio texto representa. Daí a importância de percebermos que ele não apaga a presença do sujeito, mas chama a atenção para a não existência de um sujeito individual e sim para a existência de um sujeito coletivo.

Barthes (2004), em suas abordagens, apresenta a escrita como algo que conduz à destruição da voz, de modo que o próprio corpo do qual essa escrita é nascedouro tende a perder sua identidade.

A escrita é a destruição de toda a voz, de toda a origem. A escrita é esse neutro, esse composto, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto e branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pelo corpo de quem escreve (BARTHES, 2004, p. 57).

Da mesma forma como o faz Foucault (2009), Barthes (2004) nos propõe pensar o autor na dimensão da escrita dos textos, como um ser cuja voz se apaga. Um texto não representa, portanto, a voz de um autor, não é ele quem fala por meio do texto, mas a linguagem, de modo que o que ele diz não se configura em algo antes não dito, mas é parte de um construto de coisas já ditas, já enunciadas, mesmo que essa ação não seja percebida por ele mesmo. Autor e obra, assim como escritor e texto, não possuem uma relação de



antecedência, essa mesma que existe entre um pai e um filho, como é possível ver nas afirmações feitas pelo filósofo:

O escritor moderno nasce ao mesmo tempo que o seu texto, não está de modo algum provido de um ser que precederia ou excederia a sua escrita, não é, de modo algum, o sujeito de que seu livro seria o predicado, não existe outro tempo além do da enunciação, e todo texto é escrito eternamente “aqui” e “agora” (BARTHES, 2004, p. 61).

Barthes (2004) produz uma elucidação que coloca o nascimento do leitor como ponto de partida para a morte do autor, é preciso sacrificar o autor para que o leitor nasça, pressupondo que este último determina como o texto se inscreve. Assim, a origem do autor e a sua voz, não seriam o verdadeiro lugar da escrita, mas seria na leitura que esse acontecimento se realiza. Ao abordar as questões da escritura, ele esclarece que a relação entre o homem e a linguagem não se dá de modo separado, com a posição do primeiro vindo antes, mas o contrário, não cabendo ao homem criar uma linguagem para expressar-se, nem sendo ele a definir o que é linguagem, mas é ela quem o define. A escritura, portanto, efetuará a linguagem em sua totalidade.

Outro importante ponto abordado por Barthes (2004), em seu texto intitulado, “Escrever, verbo intransitivo?”, é a implicação do conceito de escritura como uma linguagem que não privilegia ou centraliza nenhum código, o que ele chama de relação de Hierarquia Flutuante, de modo que nenhum código linguístico é valorizado ou desvalorizado em detrimento do outro. A escritura desse ponto de vista exerce a função vital de destruir a imagem teológica imposta pela ciência, devolvendo o prazer da palavra.

A escrita não se esgotaria em seu ato e com isso detém outra perspectiva sobre a posição do autor/escritor dentro do processo, pois ao efetuar a escritura, quem escreve seria diretamente afetado por ela, coincidindo ação e afeto e trazendo o escritor para o interior da escritura, o que potencializa a diminuição do distanciamento entre o escritor e a linguagem. Neste ponto, a literatura tem papel fundamental, visto que a linguagem é questionada em seu papel meramente ilustrativo ou de médium do pensamento.

Gilles Deleuze (1997), considera a escrita como parte de um devir, algo inacabado que vai além do vivido. Ela seria, portanto, algo que não se separa do devir, ao escrever estamos



nesse constante devir mulher, animal, molécula. Assim, a escritura nos conecta a vários devires por meio dos quais é possível encontrarmos nosso inacabamento ao mesmo tempo em que nos provoca a buscar os desvios necessários, essa passagem entre o vivível e o vivido.

O devir não vai no sentido inverso, e não entramos num devir-Homem, uma vez que o homem se apresenta" como uma forma de expressão dominante que pretende impor-se a toda matéria, ao passo que mulher, animal ou molécula tem sempre um componente de fuga que se furta de sua própria formalização. A vergonha de ser um homem: haveria razão melhor para escrever? Mesmo quando é uma mulher que devém, ela tem de devir-mulher, e esse devir nada tem a ver com um estado que ela poderia reivindicar. Devir não é atingir uma forma (identificação, imitação, Mimese), mas encontrar a zona de vizinhança, de indiscernibilidade ou de indiferenciação, tal que já não seja possível distinguir-se de *uma* mulher, de *um* animal ou de *uma* molécula: não imprecisos, nem gerais, mas imprevistos, não-preexistentes, tanto menos determinados numa forma quanto se singularizam numa população (DELEUZE, 1997, p. 11).

O autor também chama a atenção para o papel da literatura expondo que, embora ela remeta a sujeitos singulares, é agenciamento coletivo de enunciação, de modo que o uso que se faz da língua pode também ser uma forma de combater por meio da literatura, promovendo um devir-outro da língua que foge ao sistema dominante.

A literatura é delírio e, a esse título, seu destino se decide entre dois polos do delírio. O delírio é uma doença, a doença por excelência a cada vez que erige uma raça pretensamente pura e dominante. Mas ele é a medida da saúde quando invoca essa raça bastarda, oprimida, que não para de agitar-se sob as dominações, de resistir a tudo o que esmaga e aprisiona e de, como processos, abrir um sulco para si na literatura. O que a literatura produz na língua já aparece melhor: como diz Proust, ela traça aí precisamente uma espécie de língua estrangeira, que não é uma outra língua, nem um dialeto regional redescoberto, mas um devir-outro da língua, uma minoração dessa língua maior, um delírio que a arrasta, uma linha de feitiçaria que foge ao sistema dominante (DELEUZE, 1997, p. 15).

Fica evidente que a escritura e a literatura a partir das perspectivas divulgadas pelos autores, instauram uma nova ordem conceitual, dando uma dimensão mais ampla ao processo e estabelecendo uma relação entre escrita e escritor, linguagem e literatura, que extrapola as intenções da análise de sua estrutura. De acordo com Deleuze, “A sintaxe é o conjunto dos desvios necessários criados a cada vez, para revelar a vida nas coisas” (1997, p.12).



2. Fugas e deslocamentos: a escrita-resistência na produção literária indígena contemporânea

Os conceitos de autor/autoria e escritura foram trazidos como parte importante na primeira parte do nosso diálogo para que então pudéssemos transitar por eles, retirando-os de seu sentido primeiro e estabelecendo uma relação com outras construções discursivas que sejam estabelecidas por interlocuções variadas partindo de contextos culturais múltiplos e não estanques.

Outro conceito notadamente interessante para essa discussão, é o de Literatura menor. Isso verifica-se a partir da análise de suas características, que por assim saber, se anunciam pela desterritorialização da língua, a ramificação do indivíduo no imediato-político e o agenciamento coletivo de enunciação. É importante evidenciar que o termo “menor”, como afirma Gilles Deleuze e Felix Guattari (1977), não é um qualificativo à certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que é consideravelmente a estabelecida, ou ainda, grande.

Além disso, outras características que envolvem o que os autores consideram como literaturas menores, são que nelas tudo é político e que tudo adquire um valor coletivo. Não se trata de constituí-las como uma literatura que é parte de uma língua menor, mas que uma minoria faz em língua maior, de modo que o primeiro elemento que a caracteriza fortemente, é que a língua é transformada por um fator de desterritorialização. Fica então, perceptível no trecho que segue, que Deleuze e Guattari (1977) propõem se pensar num tipo de literatura que se desloca das inscrições daquilo que outrora era concebido como literatura, dentro de uma ordem discursiva de poder:

É a literatura que se encontra encarregada positivamente dessa função de enunciação coletiva e mesmo revolucionária: é uma literatura que produz uma solidariedade ativa, apesar do ceticismo e, se o escritor está à margem ou afastado de sua frágil comunidade, essa situação o coloca ainda mais em condição de exprimir uma outra comunidade potencial, de forjar os meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade (DELEUZE; GUATTARI; 1977. pág. 27).

Diante disso, somos movidos a compreender que esse exercício de deslocamento propõe conceber que quando há a desterritorialização de uma língua maior, pelo uso que se



faz em uma literatura menor, se está subvertendo o uso de uma ferramenta que congrega poder e promovendo outros agenciamentos. Os autores elucidam que “Ainda que maior, uma língua é suscetível de um uso intensivo que a faz correr seguindo linhas de fuga criadoras, e que por mais lento, por mais precavido que seja, forma dessa vez uma desterritorialização absoluta.” (DELEUZE; GUATTARI; 1977, pág. 40). Os autores chamam a atenção para a duplicidade da escritura quando afirmam que “A escritura tem uma dupla função: transcrever os agenciamentos e desmontar os agenciamentos (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 70).

Em conformidade com as ideias propostas pelos autores, podemos reconhecer na escrita de povos indígenas de diferentes etnias, aspectos de uma literatura menor, que não apenas assim se estabelecem por fazerem uso dos recursos padrões de uma língua que historicamente é a do colonizador, como por utilizá-la fazendo a partir da escrita alfabética, instrumento que por muito tempo estiveram limitados aos contextos de escolarização e não como um elemento importante no movimento de luta e militância.

O deslocamento dos conceitos de escrita e autoria é processo fundamental para trazermos essa escrita alfabética como elemento importante de resistência, fazendo uso daquilo que foi por bastante tempo objeto de silenciamento e estabelecendo uma nova ordem discursiva para que esses coletivos de vozes percorram caminhos diversos, saindo da invisibilidade das representações. Deleuze afirma que “Viver e escrever, a arte e a vida só se opõem do ponto de vista de uma literatura maior.” (DELEUZE; GUATTARI, 1977. p. 62) e reforça isso a afirmar. “Servir-se da sintaxe, para gritar, dar ao grito uma sintaxe.” (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 40).

Portanto, nos cabe aqui, não apenas analisar a existência de lutas e projetos de resistência dos povos indígenas por meio desse processo de escritura, bem como as tentativas de fortalecer também os gritos das vozes excluídas, confrontadas, exterminadas, abafadas historicamente. Isso constitui-se também por um devir, cuja força difundida pela resignificação do sentido de literatura, como a que se concebe por meio do etnocentrismo, rompe os cânones e busca novas linhas de fuga, propondo uma literatura que por seu valor coletivo distancia-se da ideia de autor, como um ser individual, e passa pelo atravessamento das vozes que por ela se agenciam.



3. Autoria indígena: um *corpus* literário em movimento

É possível identificarmos, por meio da produção escrita literária e da existência de movimentos artísticos, literários e acadêmicos em evidência dos realizados pelos povos indígenas, que esses deslocamentos constituem a criação de um *corpus* literário marcado pela diferença, em que o uso da escrita se concebe sob um ponto de vista antagônico ao do modelo hegemônico.

A produção escrita assinalada como literatura contemporânea brasileira instaurou-se por meio do movimento indígena de militância. São muitas as motivações pelas quais integrantes indígenas de diferentes etnias fizeram da escrita, de modo mais amplo, a escrita literária, um instrumento de sua militância e representatividade, do seu povo e sua cultura. Por meio da escrita também temos percorrido espaços de identificação de nossas culturas e pertencimentos, seja na escrita poética, científica, nos registros das narrativas orais, ou mesmo, dos relatos da experiência do sofrimento colonial na atualidade, opondo-nos a essa perversa ordem historiográfica e excludente que postula à figura patriarcal e colonizadora o domínio da hierarquia científica, relegando o papel dos povos originários a lugares de passividade e invisibilidade.

A escrita alfabética, tomada como uma alternativa para as ações sociopolíticas utilizada para a reivindicação de direitos e autorrepresentação, teve sua proporção alargada nas década de 70, se intensificando mais ainda após a promulgação da Constituição Federal de 1988, onde também o papel do movimento indígena foi fundamental para a garantia da inserção do capítulo que fala acerca dos direitos indígenas. Este foi um momento histórico marcado pela presença emblemática do escritor e ativista indígena Ailton Krenak, que participou da assembleia constituinte de 1987 e exigiu a inserção do referido capítulo.

Em 1990, indígenas que já faziam esse trânsito cidade/aldeia e apropriavam-se de técnicas da escrita alfabética, de conhecimentos da educação formal e acesso às universidades, traziam à tona o surgimento de autoras e autores indígenas, demarcando o território das artes através da literatura. Eliane Potiguará, Olívio Jekupé, Marcos Terena, Kaká Werá e Daniel Munduruku, abriam então, caminho para se pensar uma outra maneira



possível de se promover a militância, de modo que, a publicização de suas obras estabelecia um novo espaço de se fazer resistência.

A partir do trabalho de divulgação e produção gerado por esse movimento de escritura indígena, muitos outros escritores e escritoras indígenas se uniram a esse espaço de fortalecimento das lutas e da expressão dos povos originários, problematizando o uso da escrita como parte de um contramovimento realizado em favor do combate à hegemonia, à ordem dominante e ao silenciamento impelido ao sujeito indígena. É sob essa égide que se firma o surgimento de uma literatura que imprime características e elementos próprios das culturas dos povos indígenas.

É necessário deixar marcado que a aquisição da escrita alfabética não delimita o processo de escrita dos povos indígenas. Não podemos desconsiderar que os nossos povos já se utilizavam das técnicas de escrita de diferentes maneiras, desde as pinturas, trabalhos com tecelagem, cerâmica, grafismos, pintura corporal, formas de uma escrita impressa no corpo, na pele, nos artesanatos. Por isso, pensar escrita e literatura indígena impinge refletir também sobre todas as manifestações e expressões que estão carregadas de significado e que se convertem na linguagem e registro escrito. Uma literatura indígena concebe-se como tal porque atravessa linhas do imaginário e evoca novos sentires e novos sentidos a ela, como podemos atingir pela voz do escritor indígena Jaider Esbell, ao fazer a seguinte afirmação:

A literatura é indígena não apenas por uma questão de modismo, embora o modismo já pudesse ser suficiente para legitimá-la – afinal, não existiria academia em particular ou sociedade civil de um modo geral se não houvesse *diversidade* epistêmica, política e estética (os muitos “ismos”, as muitas “logias”, os muitos partidos etc.). A literatura é indígena, contudo, por algo muito mais importante e que encontra seu sentido exatamente no próprio processo de construção do sistema-mundo eurocêntrico em que a tríade colonialismo-racismo-menoridade constitui o núcleo basilar de funcionamento (ESBELL 2020, p. 07).

Como parte desse movimento de inscrição nos espaços de poder para os quais eram negados, bem como, a negação de sua própria condição de sujeito e, mais ainda, de escritor/autor, os escritores indígenas criam seus próprios caminhos de inserção e elocução, num entrelaçamento das ações de afirmação e militância, como também, da ocupação de espaços historicamente violados. O escritor e artista indígena, Jaider Esbell (2020) nos traz



isso ao dizer que a pungência da escritura indígena está exatamente no lugar ocupado por esse intelectual de minoria:

Desde sua condição étnico-anropológica, desde suas bases paradigmáticas, suas ontologias locais-universais, eles utilizam-se de diferentes ferramentas epistemológicas e as readéquam ao propósito de uma literatura militante (crítica social, reconhecimento cultural, luta política, perspectiva educacional, subversão epistemológica, etc.) em que o relato autobiográfico, testemunhal, mnemônico e experiencial utiliza-se de sua própria condição, de seu próprio corpo, de sua própria origem da ancestralidade, dos massacres e preconceitos vividos e sofridos como objeto temático e agulhão crítico no qual criatividade, catarse e militância adquirem toda a pungência, dramaticidade e politicidade que somente um/a intelectual de minorias pode fazer em sua plena efetividade (ESBELL, 2020, p. 08-09).

Um importante conceito, que parte da compreensão desse movimento literário indígena, confere à escritura indígena um diferencial que precisa ser considerado ao tratar da temática. Esse diferencial é formado pelas ideias de voz-práxis e pensamento-práxis, ambas convergindo num instrumento político-pedagógico dinamizador das experiências, agora não mais mediadas, nem caricatural e extemporânea, mas autorizada através de um movimento de autoria e autonomia. A intelectual Julie Dorrico, junto aos intelectuais Leno Francisco Danner e Fernando Danner (2020, p.352-353) expõe como esse movimento se estabelece de maneira gradual e correlacionado às práticas de militância que coadunam com os valores estabelecidos através dela.

A literatura indígena, que se desenvolve a partir das conquistas constitucionais, políticas e pedagógicas possibilitadas pelo Movimento Indígena brasileiro, suas lideranças e seus intelectuais, em especial uma educação escolar diferenciada, calcada na singularidade étnica-anropológica-linguística própria a cada comunidade indígena, coloca-se como instrumento político-pedagógico fundamental que possibilita a maturação dessa experiência ativista e cidadã de expressar sua palavra publicamente, de veiculá-la diretamente sem mediações, a partir de uma postura catártica sobre si e sobre a sociedade envolvente. Essa postura autorreflexiva sob a forma de escrita literária – publicizada em uma variedade de estilos, como memória, testemunho, depoimento, poesia, histórias de humanidade, ficção com referência indígena, incluindo-se, evidentemente, pesquisas acadêmicas pelos/as próprios/as indígenas – leva diretamente ao ativismo, à militância e ao engajamento dos/as escritores/as e dos/as intelectuais indígenas, que fazem da escrita, como estamos argumentando, o ponto focal de uma atitude correlata de autoafirmação e de valorização de suas tradições, de suas singularidades, e de enfrentamento das condições de marginalização, de exclusão e de violência vividas e sofridas como minorias político-culturais construídas e legitimadas por meio da violência simbólico-material (DORRICO; F.L.DANNER; F. DANNER. 2020, p. 352 - 353).



O espírito da literatura indígena constituída como uma literatura contemporânea pelo seu caráter atual, a partir da perspectiva do uso da escrita alfabética para sua manifestação, utiliza-se da alteridade indígena como crítica ao que está posto acerca da condição que foi impelida ao sujeito indígena pelo processo colonial, motivando o protagonismo social por meio de suas bases ontológicas, antropológicas e epistemológicas cujos processos de exclusão e violência causados pela colonização, reforçam a pungência com a qual se desdobram esses movimentos.

Esse movimento literário vem sendo cada vez mais marcado por uma divulgação e visibilização dos autores e autoras indígenas que têm traçado os caminhos nessa escrita-resistência, tanto por meio da publicização e divulgação de suas produções, quanto pelo trabalho em rede que têm como foco estabelecer um diálogo sobre os autores e com os autores indígenas das mais diversas etnias. Autoras/escritoras e autores/escritores como Eliane Potiguara, Aline Pachamama, Graça Graúna, Auritha Tabajara, Márcia Kambeba, Márcia Mura, Julie Dorrico Macuxi, Denízia Kawany Kariri-Xocó Fulkaxó, Lia Minápoty, Ailton Krenak, Ely Macuxi, Kaká Werá, Edson Kayapó, Daniel Munduruku, Olívio Jekupé, Jaider Esbell, Jaime Diakara, Tiago Haiky, Cristino Wapishana, Davi Kopenawa, Edson Krenak, Elias Yaguakãg, Kamuu Dan Wapichana, Nankupé Tupinambá Fulkaxó, Roni Wasiry Guará, Ytanajé Coelho Cardoso, Uziel Guaynê, Vãngri Kaingang, Werá Jeguaká Mirim, Yaguarê Yamã. Uma lista extensa de povos que se auto representam e que corporificam esse movimento, compondo um grande espaço de vozes ancestrais, de uma literatura potente, regida por narrativas e poéticas do ser e de si.

A literatura indígena, como trago por meio da afirmação de Márcia Kambeba (2020) é considerada como a uma memória que se transforma em coletivo ao sair de suas mãos e chegar na mão de leitores, dentro e fora da aldeia.

Para os povos indígenas, a escrita tem sua importância na forma de resistência, registro do pensamento e estratégia de continuidade para as futuras gerações. Sempre alguém falou pelos povos, é chegada a hora de cada nação se manifestar sobre sua realidade e cultura. Então o pensamento começou a ser organizado e desenhado, ganhou forma de letras, gravuras, imagens e adentrou aldeia e cidade. Isso explica o fato de ser importante aprender a ler e escrever em Português, idioma brasileiro, sem perder a língua materna. O escritor indígena sabe da responsabilidade que carrega sua escrita, uma vez que ela não representa apenas sua memória, senão



que se transforma em coletivo quando sai de suas mãos e ganha um público leitor maior dentro da aldeia e fora dela. Escrever é um ato de sintonia com a ancestralidade, é ser guiado pela espiritualidade que em nosso corpo-território habita (KAMBEBA, 2020, p. 92-93).

Esse movimento de afetação que Barthes nos convida a pensar, quando fala de um escrever que não pode ser concebido como um verbo intransitivo, já que sua relação de afetar o autor e ser por ele afetado já implica a existência de uma não passividade, é algo que permite-nos compreender a potência de uma escrita indígena que surge desse movimento de afetação do ser e do fazer, da escrita e do escritor, mas, que também o é, pela afetação daquilo que o move a escrever, nesse combate à continuidade dos processos de colonização que ainda são tão latentes em nossa sociedade.

Considerações finais

Os conceitos de autor/escritor, autoria/escritura que foram abordados no presente texto, nos apresentam elementos que são necessários para que possamos perceber que são concepções que, embora cumpram uma tarefa elucidativa de perspectivas históricas ocidentais, podem em dados momentos, dialogarem com esse exercício reflexivo de pensar o papel da escrita indígena contemporânea e o movimento feito por ela através das produções autorais dos diferentes povos indígenas através da escrita literária ou acadêmica.

Considerando que escrita indígena, como parte de um processo criativo e elocutório, por si só já se desloca, é importante que esse caminho de conceituação de termos como autor/autoria conduzisse em primeiro plano algumas das reflexões e abordagens promovidas. Me detenho, portanto, a transitar por esses conceitos com perspectivas de trazer à tona o lugar de onde será necessário sair para pensar uma escrita-resistência a partir de produções indígenas que sejam concebidas a partir de novos sentidos, fazendo-se existir e legitimando-se num rito coletivo de vozes.

A Escrita-resistência percorre por caminhos de deslocamento, fazendo um contra movimento em relação ao que a escrita ou autoria hegemônica propõem e protagonizando um confronto contra a determinação das coisas postas, que se opõe a um padrão sistemático e estabelecido e emerge com uma potência maior. Desse modo, a escrita indígena, faz-se



resistência escapando do campo da representatividade e produzindo outros saberes possíveis nesses percursos de linhas de fuga.

Compreende-se, portanto, que a escrita indígena ou a literatura indígena assumem um papel de escrita-resistência por promoverem um novo espaço de inscrição de culturas, de grupos étnicos, de narrativas e de histórias, em que não se permite evocar apenas uma voz, mas uma multiplicidade, que irá contrariar a ordem dominante ainda vigente, provocando um rasgo sistêmico e propondo um embate não apenas linguístico, mas também, epistemológico, contra os poderes de dominação da colonialidade. Esse é um contra movimento por meio do qual se evidencia sua potência e força.

A escritura e a literatura indígena exercem esse fabuloso papel de agitar-se às dominações promovendo devires-outros da língua e ampliando, nos espaços de resistência, militância e autonomia, forças de confluência para a continuidade de sua existência. Constitui-se por meio dessas linhas de fuga, um *corpus* literário indígena no Brasil que avança diante de uma condição histórica que impinge ao indígena um papel de subalternização, fossilização, invisibilidade, silenciamento e desencorajamento.

É nesse arcabouço que se ancoram perspectivas muito mais amplas no contexto das escritas-resistências indígenas, não tratando-se apenas de arvorar por meio do uso técnico da escrita, produções que uma vez publicizadas, darão ao seus escritores o título de autores, mas à condução de uma prática que tenha propósitos de uma literatura, cuja estética diferenciada redimensione a potência desse sujeito coletivo e, como nos diz Rubelise da Cunha, ter como autor um “Eu” que se quer “Nós” (2020, p.282).

Essa mobilização promovida por esse trânsito que a escrita literária indígena vem provocando, unida às outras formas de escrita dentro das academias, sem dúvida estão exercendo uma função importante dentro da militância e dos espaços políticos e organizacionais dos movimentos dos povos indígenas, se inserindo em contextos mais amplos de visibilidade do sujeito indígena, de modo que, essa escrita-resistência, com suas forças de ressignificação, possibilitam a identificação de um movimento próprio, marcado pela potência da luta indígena.



Referências

- BARTHES, R. Escrever, verbo intransitivo direto? *In: O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeira, 2. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2004. p. 13-23.
- BARTHES, R. A morte do autor. *In: O rumor da língua*. Tradução de Mario Laranjeiras, 2. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 2004. p. 57-64.
- DELEUZE, G. A literatura e a vida. *In: Crítica e clínica*. Tradução de Peter Pál Pelbart, 1. Ed. 34. São Paulo, 1997. p. 11-16.
- DELEUZE, G. GUATTARI, F. **KAFKA**: por uma literatura menor. Imago. Rio de Janeiro, 1977.
- DERRIDA, J. **Gramatologia**. Tradução de Mirian Schnaiderman e Renato Janini Ribeiro. Perspectiva S.A, São Paulo, 1973.
- DORRICO, J. DANNER, F. DANEER, L. F. Autoria, autonomia e ativismo: educar e politizar pela e para a escrita – notas sobre Literatura Indígena brasileira contemporânea. *In. DORRICO, J. DANNER, F. DANNER L.F. (orgs.). Literatura Indígena Brasileira Contemporânea*. Fi. Porto Alegre, SC. 2020. p.350-385.
- ESBELL, J. Apresentação à coletânea. *In. DORRICO, J. DANNER, F. DANNER L.F. (orgs.). Literatura Indígena Brasileira Contemporânea*. Fi. Porto Alegre, SC. 2020. p. 07-10.
- FOUCAULT, M. O que é o autor? *In: Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Ditos e escritos III. Organização e seleção de textos, Manoel Barros da Motta; Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa, 2.ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2009. P. 264-298.
- KAMBEBA, W.M. O olhar da palavra, escrita de resistência. *In: DORRICO, J; DANNER, F; DANEER, L. F. (orgs.). Literatura Indígena Brasileira Contemporânea*. Fi. Porto Alegre, 2020. p. 89-97.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 05 de outubro de 2020.

Artigo aprovado para publicação em: 27 de novembro de 2020.